

OS NOVOS TERRITÓRIOS PRODUTIVOS E AS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL: O CASO DO APL DE PISOS E REVESTIMENTOS CERÂMICOS DE SANTA GERTRUDES – SP – BRASIL

Emílio Rafael Poletto¹
Auro Aparecido Mendes²

Introdução

Um desdobramento importante, que se manifesta numa posição que não reduz o espaço a um mero reflexo, é a concepção que defende existir uma dimensão territorial do desenvolvimento. Estas preocupações com estratégias de desenvolvimento que fossem mais equilibradas e sustentáveis surgiram na Europa, nos anos 1970 e 80, e difundiram-se na década de 1990 pelos países periféricos.

Estas recentes experiências em termos de modelos de desenvolvimento local baseiam-se na concepção de que o fator essencial no desenvolvimento e na competitividade de determinada região é a capacidade de atuação organizada, cooperativa e integrada da própria sociedade local, com base nos recursos específicos de seu território.

A percepção de que o conhecimento e a inovação representam fatores cruciais para desenvolvimento de indivíduos, firmas, regiões e países não se constitui num fato novo. Entretanto, no decorrer das últimas décadas, a emergência de um novo paradigma tecnológico, aliada ao debate em torno do fenômeno da globalização, contribuiu consideravelmente para reforçar o interesse em torno da importância que assume o processo de geração, distribuição e uso de conhecimentos específicos de um determinado território.

Como consequência deste processo, a visão tradicional neoclássica de desenvolvimento é superada pelo reconhecimento da importância dos processos territoriais como dinamizadores sócio-econômicos de determinados lugares. Coloca-se em evidência, neste caso, os recursos imateriais (como o conhecimento tácito específico de cada lugar) e não apenas os recursos naturais e humanos e os atributos de localização e setoriais.

A importância do aprendizado pela interação está vinculada à visão de um território integrado. Neste, a capacidade de geração, difusão e utilização de novos conhecimentos consolida-se como um processo que transcende a esfera da firma individual e passa a depender da contínua interação entre firmas e destas com as diferentes instituições que constituem sistemas de inovação em diferentes âmbitos. Em particular, esse modelo interativo de desenvolvimento ressalta a relevância da cooperação entre firmas e demais instituições e, portanto, o papel dos vínculos e redes envolvendo diferentes organizações no território.

Os arranjos produtivos locais (APLs) podem ser vistos como uma das correntes do desenvolvimento territorial, podendo ser encontrados em diferentes aglomerações de Pequenas e Médias Empresas (PMEs) no estado de São Paulo e por todo o território nacional. Os APLs tornaram-se geradores de diversas economias de aglomeração nos mais diferentes ramos produtivos. O conceito de APL engloba, principalmente, a cooperação entre os atores locais e a utilização do conhecimento tácito de um determinado território, criando um círculo virtuoso de inovações e cooperação. Em outras palavras, o território, no caso dos APLs, pode ser considerado como fração do espaço, catalisador de determinadas relações e convenções, que o definem e caracterizam, podendo trazer diversas vantagens que podem ser aproveitadas pelos atores locais e direcionadas para o seu desenvolvimento humano e social.

¹ Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Geociências e Ciências Exatas – UNESP – São Paulo – Brasil.

² Professor Livre-Docente do Programa de Pós-Graduação em Geografia – Instituto de Geociências e Ciências Exatas – UNESP – São Paulo – Brasil.

Sendo assim, partimos da hipótese de que as empresas localizadas dentro de um APL podem obter ganhos de competitividade por causa da especialização produtiva do território, que permite uma forte interação entre todos os atores locais (indústrias, instituições, comunidade, etc.), criando um ambiente sinérgico de aprendizado, que propicia o surgimento e a difusão de diversas inovações tecnológicas, tornando o território a base desta atividade produtiva.

O APL de pisos e revestimentos cerâmicos de Santa Gertrudes é formado pelos municípios de Santa Gertrudes, Cordeirópolis, Limeira, Rio Claro e Piracicaba. Para melhor compreendermos a estrutura produtiva e as relações de cooperação presentes neste APL, fez-se necessário realizar uma pesquisa de campo junto às indústrias ceramistas locais e nas instituições que oferecem suporte e apoio a estas empresas.

O trabalho de campo desenvolveu-se entre os meses de janeiro e abril de 2008, e o questionário foi aplicado em forma de entrevista direta e pessoal, sempre com um funcionário responsável pela indústria. O mês de referência para a coleta de dados foi janeiro de 2008, sendo que neste mês havia 33 indústrias ceramistas nos cinco municípios que formam o APL de Santa Gertrudes. O questionário foi aplicado em 27 destas 33 indústrias, o que representa 81% do total das indústrias ceramistas presentes no APL naquele período. Partindo do entendimento do espaço geográfico e da compreensão do atual processo de globalização aqui colocados, e fundamentados no desafio de verificar a hipótese por nós formulada, os objetivos gerais de nossa pesquisa são: buscar uma melhor compreensão da dimensão local da cooperação entre indústrias do APL de Santa Gertrudes e qual o papel desempenhado pelas instituições que formam o entorno inovador local.

Mais especificamente, pretendemos desvendar como a construção histórica e social do território do APL permitiu o surgimento da indústria cerâmica neste lugar e como os recursos particulares deste território foram utilizados na competitividade das empresas locais.

A realização da presente pesquisa justifica-se por abordar a dimensão territorial dos APLs, buscando uma melhor compreensão da dinâmica local de processos territoriais como cooperação, governança e aprendizagem. A realização do presente trabalho também se justifica porque as políticas e pesquisas de apoio a aglomerações industriais tem sido uma forma interessante de promover o desenvolvimento regional e o fortalecimento das Pequenas e Médias Empresas (PMEs), obtendo relativo sucesso em diversos países desenvolvidos. No atual mundo globalizado, onde a economia dos países está cada vez mais interligada pelas tecnologias de informação e comunicação, algumas aglomerações de PMEs têm conseguido trazer desenvolvimento para diversas regiões, através de uma constante geração de inovações tecnológicas que somente uma cultura empresarial enraizada no território conseguiria obter.

Reestruturação produtiva e globalização econômica

Nos últimos trinta anos, mudanças estruturais vêm ocorrendo no sistema capitalista. Estas alterações influenciaram o surgimento de uma nova economia globalizada, marcada pela mundialização do capital financeiro, pelo domínio das tecnologias da comunicação e informação (TCIs), pelo encolhimento das obrigações sociais do Estado e pela exclusão de milhões de pessoas dos processos produtivos da sociedade (HARVEY, 2006, p. 149).

Nesta nova economia, o sistema fabril mundial vem conhecendo profundas transformações espaciais, onde a flexibilização da economia torna-se cada vez mais o paradigma de produção dominante. As inovações tecnológicas também se transformaram e, atualmente, atingiram um papel de destaque sobre todos os outros aspectos da vida humana, numa tendência a homogeneizar os espaços mundiais (SANTOS, 1999, p. 7).

Pode-se dizer que a crise do paradigma fordista de produção e das políticas *keynesianas* já havia começado na segunda metade da década de 1960, devido à sua

incapacidade de conter as contradições do sistema capitalista (MENDES, 1997, p. 38). Segundo Harvey (2004, p. 135), as dificuldades advinham de uma única palavra: rigidez. Havia rigidez na mobilização do capital financeiro para ser investido fora dos países ricos, havia rigidez no planejamento de expansão das grandes empresas transnacionais, havia rigidez em expandir o mercado consumidor e torná-lo global.

Esta flexibilidade produtiva diz respeito às transformações estruturais no âmbito da produção e do trabalho, e pode ser vista sob dois aspectos. No primeiro, a partir de uma ótica setorial, ela se expressa na reorganização e reconversão de setores industriais, que se caracterizam pela realização de grandes investimentos nos setores de ponta (informática, química fina, novos materiais, biotecnologia, telecomunicações), pela modernização de setores dinâmicos (automobilístico, máquinas e equipamentos, petroquímica) e pela flexibilidade da produção (dando vantagem competitiva às pequenas empresas e indústrias) (BOYER, 1994, p. 125).

E no segundo, tendo por referência o processo de trabalho, ela se concretiza na adoção de um novo paradigma tecnológico e organizacional, com a introdução, por um lado, de novas tecnologias de base microeletrônica (automação informatizada) e, por outro, a introdução de novos padrões de gestão e organização do trabalho, acompanhados por um processo de individualização das relações estabelecidas entre capital e trabalho, com o conseqüente enfraquecimento dos sindicatos e da legislação trabalhista (POWER, 2005, p. 601).

Do ponto de vista tecnológico, a flexibilidade da produção significa a substituição da automação rígida (não programável) de base eletromecânica, pela automação flexível (programável através da informação) de base microeletrônica. O que permite rápidas mudanças no processo produtivo – quantitativas (volume produzido) e qualitativas (diferenciação do produto) –, através da reorientação das máquinas e equipamentos, conforme as flutuações da demanda e a instabilidade dos mercados, próprias desse novo momento do capitalismo.

Para Mendes (1997, p. 44):

A indústria tem sido palco de um vigoroso processo de mudança estrutural, como resultado da crescente adaptação dos grupos empresariais e dos modelos de organização da produção a um novo cenário competitivo, mais intensivo em tecnologia e mais globalizado.

Em relação ao capital, essa nova concepção de empresa implica na necessidade de uma força de trabalho também flexível, mais qualificada, que deve ter várias preocupações e realizar diversos tipos de tarefas, como operar as máquinas, fazer a manutenção, difundir informações, realizar o controle de qualidade, etc. (CORÓ, 1999, p. 153).

A flexibilidade da produção capitalista, a globalização da economia e as novas tecnologias da informação e da comunicação vêm influenciando, nos últimos trinta anos, todos os processos produtivos, as formas de organização do trabalho, o papel do estado e toda a sociedade civil.

Interessa aqui fazer uma análise dos dispositivos institucionais que fundam um território local, como uma escala portadora de dimensão institucional, que se constitui nas inter-relações entre o indivíduo, a comunidade e os sistemas produtivos locais, nacionais e internacionais.

Portanto, não se trata de referir-se a um “lugar” definido *a priori* sobre critérios predeterminados, mas de territórios socialmente construídos pelos atores locais (as empresas, os poderes públicos descentralizados, as associações civis, etc.). Os territórios locais guardam essa coerência com os compromissos sociais estáveis, e se organizam segundo um conjunto de regras e de instituições que são parcialmente elaboradas neste nível. Dessa forma, nas últimas três décadas, verifica-se o ressurgimento da preocupação com os fatores “subjetivos”

do território, entre os quais a lealdade local, a solidariedade, a reciprocidade, a cooperação e a tolerância (MARKUSEN, 2005, p. 62).

É uma preocupação com os recursos particulares³ de cada lugar, onde o território torna-se mais do que uma rede de fluxos, é a constituição de um espaço abstrato de cooperação entre diferentes atores de uma mesma comunidade, com o objetivo de engendrar os processos de criação de formas democráticas de desenvolvimento. Como colocam Pires et al. (2006, p. 442): “Em face do conceito de espaço como contexto geográfico dado, interessamos explorar o conceito de território como promotor do recurso específico e, portanto, como ator do desenvolvimento”.

Assim, o lugar deve compreender um determinado espaço institucional, social e cognitivo (pode ser um bairro, um município, uma rede de municípios, uma bacia hidrográfica, um vale, etc.), desde que atenda as seguintes especificações: i) possua sinais de identidade coletiva (sociais, culturais, econômicos e políticos); ii) possua a capacidade de promover uma convergência em termos de expectativas de desenvolvimento; e iii) promova uma integração econômica e social no âmbito local (LLORENS, 2001, p. 114).

Nos últimos vinte anos a expressão “desenvolvimento local” tem sido utilizada com referência a iniciativas pontuais (e mesmo setoriais) que contêm ingredientes de desenvolvimento (isto é, lidam com geração de trabalho e renda, ou com substâncias clássicas de desenvolvimento urbano e desenvolvimento rural). Porém, as novas abordagens sobre o desenvolvimento local, que no Brasil passaram a ser formuladas e experimentadas somente na segunda metade dos anos 1990 (MATESCO et al., 2000, p. 497), trazem um diferencial significativo: a busca de uma intervenção territorializada, onde não se trata apenas de realizar somente um projeto isolado, mas de gerar uma matriz de projetos e ações contínuas, a partir da mobilização dos diferentes atores presentes nos territórios.

As principais características deste novo enfoque são (VÁZQUEZ BARQUERO, 2001; LLORENS, 2001; SACHS, 2004):

- maior preocupação com distribuição de renda, sustentabilidade ambiental, melhoria de qualidade de vida, melhoria de relações de trabalho e satisfação das necessidades básicas;
- potencialização dos recursos próprios;
- desenvolvimento mais equilibrado territorialmente;
- descentralização política e gestão democrática local;
- iniciativas de desenvolvimento local de articulação do tecido produtivo e de geração de trabalho e renda para enfrentar a pobreza e a segregação social;
- criar um entorno institucional, econômico, social, político e cultural para desenvolver o potencial local.

Mais do que ações em parceria ou multisetoriais, o desenvolvimento territorial se constituiu numa perspectiva sistêmica de articulação sócio-institucional e sócio-produtiva para transformação dos territórios em locais de alta competitividade, capaz de criar bases consistentes para uma sustentabilidade ampliada – social, ambiental, econômica e política.

Os APLs podem ser designados como aglomerações de agentes econômicos, políticos e sociais, localizados em um mesmo território, com foco em um conjunto específico de atividades do setor produtivo e que apresentam vínculos expressivos de interação, cooperação

³ É necessário fazer aqui uma diferenciação entre recursos materiais e recursos imateriais. Os recursos materiais são considerados os naturais ou construídos pelo homem, e dizem respeito a matérias-primas, equipamentos, insumos, mão-de-obra, entre outros, e podem ser encontrados em diversos lugares, tendo sua distribuição vinculada a fatores naturais e geográficos. Já os recursos imateriais são mais complexos e se originam de fatores históricos e sociais que interagem para criar uma determinada fonte de recursos que podem ser utilizados no processo produtivo (não necessariamente industrial) (VÁZQUEZ BARQUERO, 2001; VARGAS, 2002). Estes recursos dificilmente podem ser reproduzidos em outros lugares, são específicos do território onde se encontram. A globalização do sistema capitalista, ao acionar as particularidades dos territórios, tornou estes recursos fontes de competitividade para diversas aglomerações territoriais de indústrias, como os APLs.

e aprendizagem. Os APLs geralmente incluem empresas, que são aquelas que produzem os bens e serviços finais, fornecedoras de equipamentos e outros insumos, prestadoras de serviços, vendedoras, clientes, cooperativas, associações e representações. Além de diversas outras organização e instituições voltadas à formação e treinamento de recursos humanos, informação, *design*, P&D, promoção e financiamento (LASTRES; CASSIOLATO, 2005, p. 329).

Tal abordagem supõe ainda que a capacidade de inovação deriva da confluência de fatores sociais, políticos, institucionais e culturais específicos aos territórios em que se inserem os agentes econômicos. Diferentes trajetórias de desenvolvimento contribuem para a configuração de sistemas de inovação com características muito diversas, possibilitando a conceituação de sistemas setoriais nacionais, regionais e locais de inovação (CASSIOLATO; SZAPIRO, 2003, p. 40).

A formação de APLs encontra-se associada às trajetórias históricas de construção de identidades e de formação de vínculos sociais, culturais, políticos e econômicos, dentro de uma base territorial local ou regional. São mais propícios a desenvolverem-se em ambientes favoráveis à interação, à cooperação e à confiança entre os atores. Neste sentido, a ação de políticas tanto públicas como privadas é fundamental para fomentar e estimular tais processos históricos de longo prazo (LA ROVERE, 2003, p. 297; MACULAN, 2003, p. 315).

Na abordagem dos APLs, a **dimensão territorial** constitui fator específico de análise e de ação política, definindo os espaços onde processos produtivos, inovativos e cooperativos irão agir. A concentração espacial de empresas, quando leva ao compartilhamento de valores econômicos, sociais e culturais constitui fonte de dinamismo local, bem como de diversidade e de vantagens competitivas em relação às outras regiões. A territorialidade está ligada às especificidades da vida econômica, não podendo ser concebida unicamente como mera localização das atividades. Cassiolato e Szapiro (2003, p. 40) afirmam que:

Uma atividade é totalmente territorializada quando sua viabilidade econômica está enraizada em ativos (incluindo práticas e relações) que não estão disponíveis em outros lugares e que não podem ser facilmente ou rapidamente criadas ou imitadas em lugares que não as têm.

A abordagem dos APLs supõe que o aproveitamento das sinergias coletivas geradas pelas interações entre as empresas e os atores do ambiente onde se localizam são determinantes de sua competitividade dinâmica e sustentada. Portanto, esta abordagem vem sendo crescentemente adotada em políticas orientadas para ampliação da competitividade de organizações, regiões e países.

Os APLs surgem, assim, como aglomerações industriais que se diferenciam do padrão dos antigos pólos (formados por grandes empresas fordistas e que tinham sua origem na planificação estatal). São aglomerações que, em sua maioria, manifestam-se de forma espontânea, sempre ligadas a traços históricos e identitários do território onde se encontram e acabam assimilando na produção industrial muitos destas características. Os APLs estão, geralmente, ligados a atividades industriais características do novo padrão industrial mundial (como a biotecnologia, as tecnologias de informação e comunicação, entre outras), mas também podem se destacar em ramos tradicionais da economia (cerâmicas, calçados, têxtil, entre outros).

As indústrias do APL formam redes no território, não apenas entre si, mas, como vimos, com todos os outros atores locais, formando o entorno inovador. Estas redes permitem às indústrias exercerem o controle do território, utilizando de elementos da identidade e da história locais no processo produtivo, o que acaba criando uma territorialização destas indústrias.

A noção de rede adquire novos conteúdos no mundo contemporâneo, em decorrência, como esclarece Milton Santos (1996), da natureza do novo sistema técnico e do novo sistema de ação. Hoje, a noção de rede tende a ser deslocada da referência às relações sociais profundas em direção às mediações entre materialidade e ação social ou em direção aos elos, permitidos pelas novas tecnologias de informação e comunicação, entre esferas, níveis, instâncias e âmbitos da vida social.

Mas a ocorrência do completo desenvolvimento das relações que estabelecem a condição territorial exige uma manifestação generalizada de um poder⁴. Ou seja, o que une todas estas diferenciações e complexidades é o poder que estes atores exercem no território. O território estatal-nacional é o que mais visivelmente reúne todos esses elementos. Mas isto não elimina a possibilidade do reconhecimento de relações outras que venham desenvolver territorialidades superpostas em territórios locais, submetidos a um poder local com ou sem limites mais precisos, das territorialidades locais ainda sem sujeição territorial.

Nos APLs, o poder é exercido pelas indústrias, pois são elas que detêm o controle da cadeia produtiva. O entorno inovador torna-se um instrumento de viabilização do capital no território local. As indústrias conseguem, dessa maneira, utilizar a identidade local em seu benefício, ao mesmo tempo em que modificam esta identidade, num processo, juntamente com a comunidade local, de territorialização–desterritorialização–reterritorialização. Elas criam sua própria territorialização no APL, tendo o poder de utilizar os recursos locais (materiais e imateriais) em seu benefício, o que pode gerar, na nova economia mundial, consideráveis ganhos de competitividade.

Os lugares que contêm tecnologia e riqueza ficarão propensos a ser geridos por poderes hegemônicos do empresariado, em que o poder local não será necessariamente mais sinônimo de governo local, mas sinônimo de organizações corporativas privadas com capacidades de investimento em planejamento e projetos, o que aponta para uma clássica privatização do público. Por seu turno, os empreendedorismos de caráter associativo como os APLs tenderão a programar, com apoio de políticas públicas, possíveis novos núcleos de projetos de geração de emprego e renda.

Conforme Saquet (2005), a territorialidade está na base da identidade, pois são relações materiais e não-materiais próprias do território onde se habita, vive e produz. Ou seja, está intimamente ligada à vida cotidiana do lugar. Tal fato indica que a identidade é processual, é construção, é homogeneidade e heterogeneidade ao mesmo tempo. Há diversidade na unidade, a identidade é substantivada por uma multiplicidade de práticas, relações, diferenças e mesmo desigualdades, inerentes ao território.

Há uma construção do território que produz identidade e, por conseguinte, uma construção da identidade que produz o território. Este processo é produto de ações coletivas e recíprocas de atores sociais. A própria territorialidade é construção, movimento, no tempo e no espaço. Há uma relação íntima entre território e identidade, como há uma reciprocidade entre apropriação e produção territorial.

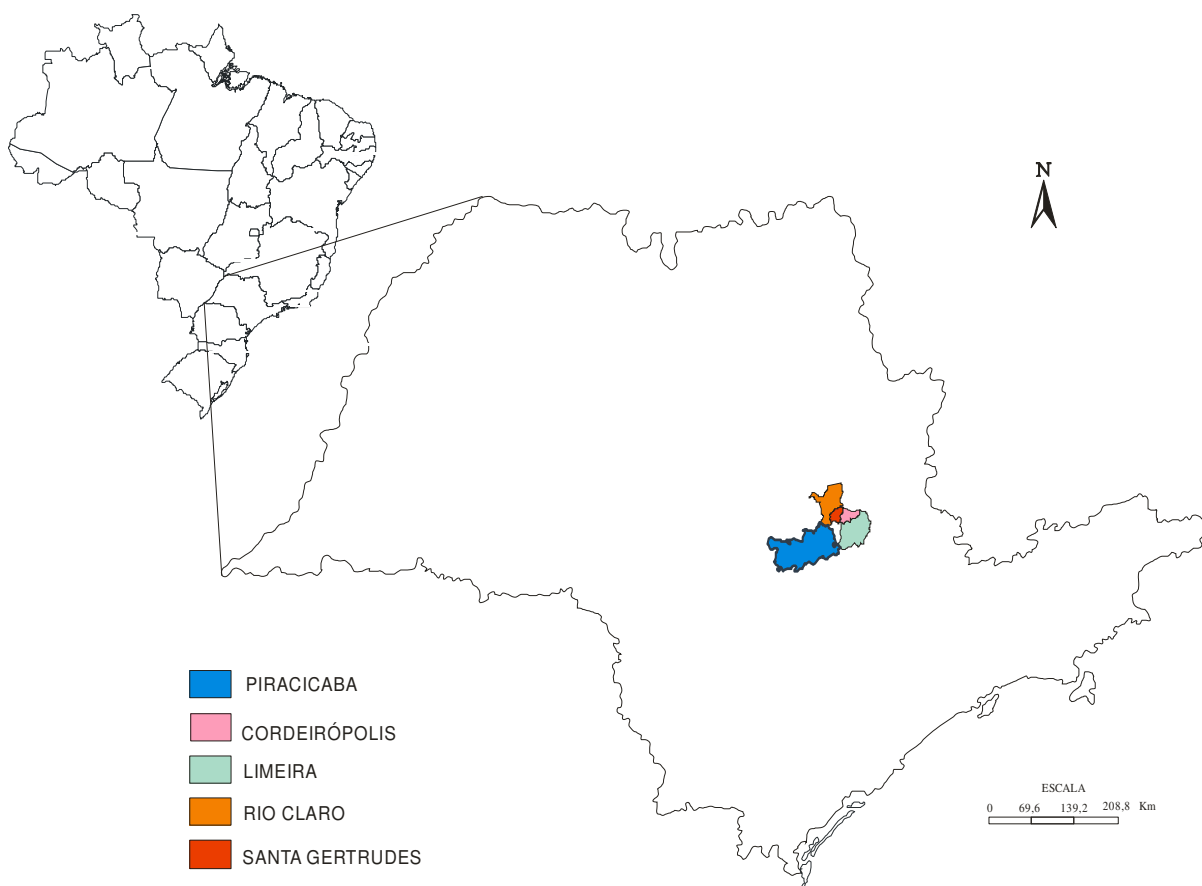
⁴ Relações de poder supõem assimetrias na posse de meios e nas estratégias para o seu exercício, e o território é tanto um meio como uma condição de possibilidade para algumas destas estratégias. Neste sentido, as redes tornam-se importantes, ao mesmo tempo em que surgem como potencialidades, modificando a ação social e a substância do poder. Como nos diz Ribeiro (2005, p. 266): “Trata-se do novo poder da técnica e da nova técnica do poder, ou seja, da natureza do sistema de ação que valoriza a ação sistêmica, associada ao teor competitivo das relações societárias.” Afinal, é impossível pensar a ação social sem simultaneamente refletir o poder, como elemento indissociável da vida social. As redes são poder, uma forma-aparência do poder, concretizada por mudanças nos sistemas de objetos (SANTOS, 1996), na criação de produtos e serviços, no predomínio da gestão sobre a ação. As redes são, assim, instrumentos de sistematização da vida coletiva pela ação do sistema produtivo capitalista, mediadas pelo poder.

O APL de pisos e revestimentos cerâmicos de Santa Gertrudes: formação e características gerais

O APL de pisos e revestimentos cerâmicos de Santa Gertrudes é formado pelos municípios de Santa Gertrudes, Cordeirópolis, Rio Claro, Limeira e Piracicaba. Das 47 indústrias fabricantes de pisos e revestimentos cerâmicos localizadas no Estado de São Paulo, 33 encontram-se nos municípios que compõem este APL. É o maior produtor de pisos e revestimentos cerâmicos do continente americano, produzindo, em 2006, cerca 240 milhões m² de placas cerâmicas (ASPACER, 2007).

Estes cinco municípios localizam-se na Região Administrativa de Campinas, uma das mais ricas e desenvolvidas do estado de São Paulo, além de estarem no entroncamento de três importantes rodovias: Anhangüera (SP 330), Bandeirantes (SP 348) e Washington Luis (SP 310). Estas três rodovias são importantes para o escoamento da produção das indústrias ceramistas do APL. A Figura 3 mostra a localização do APL no Estado de São Paulo.

Figura 3 – Localização dos municípios do APL de pisos e revestimentos cerâmicos de Santa Gertrudes no Estado de São Paulo



Organização: Emílio Rafael Poletto; Gilberto D'Henrique.

A produção cerâmica na região de Santa Gertrudes começou no início do século XX, através da manufatura de tijolos e telhas por famílias italianas. Mais precisamente, foi a partir de 1918 que surgiram as primeiras cerâmicas no município de Santa Gertrudes (eram as

cerâmicas Buschinelli, São Joaquim, Santa Gertrudes e Almeida). Contudo, nesta época, Santa Gertrudes ainda era um Distrito do município de Rio Claro.

A abundância de argila no solo e a presença de famílias italianas que já eram envolvidas com a fabricação de telhas e tijolos antes de imigrarem para o Brasil são os fatores de gênese da produção de pisos e revestimentos cerâmicos no município de Santa Gertrudes (GARCIA, 2003, p. 152; PARISSE, 1993, p. 13). Além desses fatores, há também a presença do cultivo de café no município, que nesta época ainda se encontrava no auge, e que foi o gerador, concomitantemente, de capital para estas indústrias e de mercado consumidor para os produtos (GARCIA, 2003, p. 156).

Mais tarde, na segunda metade do século XX, os ceramistas diversificaram os produtos de base argilosa, passando a confeccionar tubos e pisos cerâmicos extrudados não-esmaltados, de tamanho 30 x 30 cm (GARCIA, 2003, p. 152). Este último produto, junto com a variedade vitrificada, alcançou grande sucesso no mercado consumidor local e regional, proporcionando bom retorno financeiro aos investimentos feitos. A situação criada permitiu investimentos em inovação tecnológica, fazendo surgir, a partir da década de 1980, a produção de pisos cerâmicos moídos e prensados a seco, esmaltados e queimados por monoqueima rápida, conhecidos como lajotões.

Em 1º de janeiro de 1949 Santa Gertrudes alcança a sua emancipação de Distrito de Rio Claro para Município. Isso ocorreu porque já havia no local uma elite intelectual e economicamente bem estruturada, o que permitiu a criação de um movimento de emancipação de Santa Gertrudes (PARISSE, 1993 p. 15).

Entretanto, foi somente nos anos 1970 que as indústrias ceramistas passaram a se destacar na economia do município, que até então era tomada pelas fazendas de café e principalmente pelas fazendas de cana-de-açúcar, que até hoje é a cultura mais predominante na região de Rio Claro e Piracicaba. Segundo Parisse (1993, p. 37), a economia do município de Santa Gertrudes, desde a sua criação, em 1948, sempre gravitou em torno destas duas atividades, ou seja, a atuação das grandes fazendas (primeiro de café e depois de cana-de-açúcar) e as indústrias cerâmicas.

Desde a metade da década de 1980, a atividade de produção de cerâmicas mostrou uma forte taxa de crescimento (superior a 10% ao ano), tendo uma contínua atualização tecnológica, atraindo um grande número de fornecedores e serviços para a região. Os empresários do setor mostraram grande potencial de cooperação e integração com a criação, em 1983, de um moderno laboratório de análises de produtos cerâmicos, que foi incorporado ao CITEC-CCB em 1995 (MACHADO, 2003, p. 87).

No final dos anos 1980 foi introduzido no Brasil o processo de monoqueima rápida⁵ e as indústrias do APL de Santa Gertrudes passaram a adotar as embalagens e classificações automáticas. No início da década de 1990, com a abertura do mercado interno aos produtos estrangeiros e as primeiras implementações na indústria nacional das normas ISO, os consumidores passaram a ficar mais exigentes com as certificações de qualidade. Estes processos fizeram com que o parque produtivo do APL de Santa Gertrudes começasse a se preocupar com a qualidade de seus produtos, com normas de fabricação e a incorporar um padrão mais rigoroso na produção.

⁵ Na monoqueima, ou monoqueima greificada, são queimados simultaneamente a massa argilosa, que constitui o suporte, e o esmalte, em temperaturas elevadas (normalmente acima de 1.000°C). Esse processo determina maior ligação do esmalte ao suporte (base), conferindo-lhe melhor resistência à abrasão superficial, além de resistência mecânica e química e uma absorção de água relativamente baixa. Tais características apresentam índices melhores do que os obtidos pelo processo de biqueima.

As indústrias cerâmicas do Apl de pisos e revestimentos cerâmicos de Santa Gertrudes: cooperação local, aprendizagem e a formação do desenvolvimento territorial

As indústrias pesquisadas foram classificadas em pequenas, médias e grandes conforme o volume de sua produção. Isso ocorre porque no setor produtivo de pisos e revestimentos cerâmicos a mão-de-obra empregada pode variar muito de uma empresa a outra e o volume da produção é influenciado principalmente pelas tecnologias empregadas na produção. Assim, vamos utilizar o critério estabelecido pela Associação Nacional dos Fabricantes de Cerâmica para Revestimento (ANFACER), que leva em conta a produção mensal de cada empresa:

- **Pequena empresa:** menos de 300 mil m² por mês;
- **Média empresa:** entre 300 mil e 700 mil m² por mês;
- **Grande empresa:** mais de 700 mil m² por mês.

As indústrias também foram classificadas em relação à origem dos capitais, o ano de fundação e se são matrizes ou filiais. A Tabela 1 fornece os dados gerais das indústrias pesquisadas.

Tabela 1 – Características gerais das 27 indústrias ceramistas pesquisadas no APL de pisos e revestimentos cerâmicos de Santa Gertrudes

Indústria	Capital		Matriz	Filial	Ano de fundação	Produção em milhões de m ²	Mão-de-obra	
	Local	Nacional					Administração	Produção
Acro	X			X	1971	0,400	25	125
Almeida	X		X		1923	1,200	20	150
Anhangüera	X		X		2001	0,750	20	107
Artec	X		X		1996	0,700	25	92
Buschinelli	X		X		1919	0,550	22	88
Carbus	X		X		1976	1,200	20	150
Cecafi	X		X		1989	1,100	30	220
Cecol		X		X	1985	1,000	22	120
Ceral	X		X		1977	0,700	15	80
Cepar	X			X	2001	0,800	25	135
Christofolletti	X		X		1975	1,500	22	114
Esther	X			X	2006	0,300	25	150
Delta		X	X		1999	1,500	35	260
Fiorano	X			X	1941	1,200	30	220
Formigrês	X		X		1999	2,100	30	270
Incefra	X		X		1971	1,450	22	85
Incopisos	X		X		1985	1,100	25	165
Kardenia	X			X	1998	0,750	30	150
Lef		X	X		1994	3,200	50	320
Lineart	X			X	1999	0,600	30	210
Nardini	X		X		2001	1,200	20	158
Rocha Forte	X		X		1998	0,800	23	92
Santa Gertrudes	X		X		1907	1,000	26	140
Smaltcolor	X			X	2003	0,500	25	175
Triunfo	X		X		1994	1,100	18	142
Unigrês		X		X	2004	0,700	25	125
Villagrês	X			X	1994	1,500	40	410
Total	23	4	17	10	-----	28,300	706	4.633

Fonte: Pesquisa direta, 2008.

A **produção total** das 27 empresas pesquisadas somava 28.300.000 m² por mês e **empregavam 5.339 trabalhadores diretos**, dos quais **706 na administração** e **4.633 na produção**. Todas as indústrias pesquisadas contratavam com mão-de-obra especializada, sendo que as funções mais requisitadas eram: profissionais da segurança do trabalho, *designers*, programadores de computador, administradores com experiência no ramo de pisos e revestimentos cerâmicos, vendedores especializados no comércio exterior, operadores de máquinas e serigrafistas. Isso mostra como é diversificada a demanda pela mão-de-obra no APL, comprovando o crescimento das empresas locais e os investimentos em tecnologia realizados. Contudo, todos os empresários pesquisados afirmaram que não encontram esta mão-de-obra no município em que estão localizados, ainda que 22% afirmaram que encontram estes profissionais em outros municípios do APL. As cidades que mais fornecem mão-de-obra qualificada para as indústrias do APL são: Campinas, São Paulo e cidades da Região de Criciúma – SC.

Apenas quatro indústrias têm a **origem dos capitais** em municípios fora do APL. Uma delas, a Cecol – Cerâmica Cordeirópolis Ltda., foi fundada na cidade de Valinhos em 1957, com o nome de Cerâmica Santo Antonio. Mas em 1985 transferiu sua produção para Cordeirópolis, por causa da proximidade com as jazidas de argila e para iniciar suas atividades no ramo de pisos e revestimentos cerâmicos, que naquele momento começava a ganhar impulso no APL. Duas empresas localizadas em Piracicaba, a Delta Indústria Cerâmica Ltda. e a Lef Pisos e Revestimentos Ltda., pertencem a grupos empresariais distintos, localizados na Região Metropolitana de São Paulo, que decidiram investir na produção de pisos e revestimentos, com o objetivo de diversificar seus negócios. Por fim, a Unigrês Cerâmica Ltda. surgiu na cidade de Santa Tereza, no Estado de Santa Catarina, mudando-se para Limeira em 2004, após a administração da firma acreditar que o APL de Santa Gertrudes ofereceria ambiente mais promissor para o crescimento da empresa em relação ao Pólo de Criciúma. Já as 23 indústrias restantes são de capitais locais e pertencem a famílias tradicionais das cidades do APL (notadamente nos casos de Cordeirópolis e Santa Gertrudes) e que ainda estão no controle administrativo. Estas empresas foram pioneiras na produção de pisos e revestimentos cerâmicos, começando sua produção como pequenas olarias, fabricantes de telhas e tijolos (conforme Capítulo 3).

A Tabela 1 ainda nos evidencia que 17 indústrias ceramistas são **matrizes** e 10 são **filiais**, o que mostra a diversificação das empresas pelo território do APL de Santa Gertrudes. Tal fato está correlacionado com a questão dos grupos empresariais que atuam no APL. Dois grupos podem ser encontrados no APL e controlam 7 indústrias ceramistas: Grupo Embramac (Acro, Cepar, Esther e Smaltcolor) e Grupo Buschinelli (Cerâmica Buschinelli, Lineart, Villagrês). As indústrias pertencentes a estes dois grupos estão entre as maiores e mais modernas do APL, o que evidencia o poder de atuação destes grupos empresariais no território local.

Em relação ao **ano em que as empresas foram fundadas**, a mais antiga iniciou suas atividades em 1907 e a mais nova foi inaugurada em 2006, ambas em Santa Gertrudes. Entretanto, estas empresas tiveram sua origem naquelas primeiras cerâmicas fundadas na primeira metade do século XX, quando produziam telhas e tijolos de cerâmica vermelha. Foram as famílias proprietárias destas olarias que deram início à produção de pisos e revestimentos cerâmicos nas décadas de 1970 e 1980, com a difusão da via-seca. No que se refere às vantagens e desvantagens da localização das indústrias no APL de Santa Gertrudes, percebemos que os principais fatores declarados como **vantagens locais** pelos empresários pesquisados foram os clássicos fatores de localização.

Assim, percebemos que a proximidade com jazidas de argila (que é a matéria-prima básica) e a proximidade com importante malha rodoviária para escoamento da produção

foram citadas por 92% dos entrevistados⁶; já a proximidade com fornecedores e prestadores de serviços, que atualmente localizam-se em sua maioria nos municípios do APL, é um importante fator para 81%; a proximidade com instituições de apoio, como a ASPACER foi apontada como fator de vantagem locacional por 74%; outros 67% citaram a proximidade com o mercado consumidor. Por fim, a proximidade com institutos de pesquisas científicas e tecnológicas e a cooperação entre os empresários é importante apenas para 28% dos empresários pesquisados.

Através destes dados, compreendemos que os empresários do referido APL dão grande importância aos clássicos fatores de localização, como proximidade com fontes de matéria-prima, presença de rodovias para escoamento da produção, proximidade com fornecedores e com o mercado consumidor. Os fatores locais das novas teorias de localização industrial, como cooperação entre os empresários locais e a proximidade com institutos de pesquisa e desenvolvimento tecnológico, são considerados pelos empresários do APL como fatores menores na competitividade e na localização de suas empresas. Tal fato demonstra que a maior parte dos empresários locais desconhece a importância da proximidade com institutos de pesquisa, apesar de todas as indústrias pesquisadas manterem relações com o CITEC-CCB e 22% delas manterem um convênio com a UFSCar.

Quando questionados sobre as **desvantagens locais** em relação ao APL de Santa Gertrudes, os principais fatores citados foram: falta de cooperação entre os empresários locais (40%); concorrência desleal (29%); fraco apoio institucional (29%); falta de políticas locais para o desenvolvimento do setor (3%); fraca infra-estrutura municipal (3%). Já para 29% dos entrevistados, não há fatores negativos de localização no APL de Santa Gertrudes e por isso não opinaram neste quesito.

Os dados acima nos mostram que poucos empresários identificaram desvantagens locais das empresas no APL, sendo que para 29% não há qualquer aspecto negativo. Entretanto, percebemos que a falta de cooperação entre os empresários locais é evidente, já que para 40% dos entrevistado este fato atrapalha na competitividade da indústria. Outro dado que chama atenção é que para 29% dos empresários pesquisados, a concorrência desleal de algumas empresas do APL é um fator de desvantagem locacional. Por concorrência desleal os empresários entendem práticas agressivas de preços baixos, sonegação de impostos, venda de mercadorias danificadas, entre outras. Estes entrevistados afirmaram que estas são atitudes constantes por parte de outros empresários do APL. Entretanto, somente 29% dos empresários pesquisados apontaram a falta de políticas públicas e de apoio institucional como desvantagens de localização, o que mostra que estes fatores não são interpretados pelos empresários locais como desvantagens.

Quanto às principais **matérias-primas** empregadas pelas indústrias pesquisadas, foram citadas: argila, cal, coloríficos, esmaltes e diversos tipos de agentes químicos. Dentre as empresas pesquisadas, 33% detinham a sua própria jazida de argila, enquanto que as demais compravam de mineradoras localizadas em Santa Gertrudes, Cordeirópolis, Rio Claro e Piracicaba. Em relação aos demais produtos, 92% dos empresários pesquisados compram os coloríficos e esmaltes de fornecedores localizados nos municípios do APL, 70% adquirem de fornecedores localizados na Região Metropolitana de São Paulo e 44% compram de fornecedores localizados em Santa Catarina. Isso demonstra que o APL de Santa Gertrudes está bem estruturada em relação aos fornecedores, com as empresas locais podendo usufruir de uma completa cadeia de produtores e fornecedores de matérias-primas, insumos, máquinas e equipamentos.

⁶ A soma das porcentagens é maior do que 100% porque cada entrevistado tinha a opção de citar mais de um fator como vantagem locacional para a localização da indústria naquele município. Esta regra equivale para todos os itens restantes do questionário.

Considerações finais

Nossa preocupação central neste trabalho foi mostrar como as indústrias localizadas no APL de pisos e revestimentos cerâmicos de Santa Gertrudes conseguiram obter ganhos de competitividade através da utilização dos recursos específicos (principalmente os imateriais) presentes no território local. Procuramos examinar a forma como ocorrem os processos de cooperação e aprendizagem entre as indústrias deste APL, qual o papel desempenhado pelo entorno inovador e quais as possibilidades de implantação de políticas que promovam o desenvolvimento territorial.

O desenvolvimento territorial deve ser encarado sempre como uma idéia, uma construção teórica do que seria um ideal mais adequado ao desenvolvimento e ao crescimento econômico de uma comunidade. Nunca será encontrado território que esteja plenamente integrado a este ideal e, assim, a sua busca é incessante. Entretanto, é esta busca ininterrupta que faz o desenvolvimento territorial acontecer.

Quando analisamos os números conjuntos das empresas ceramistas locais, o APL de pisos e revestimentos cerâmicos de Santa Gertrudes apresenta grande força nos seus elementos econômicos, principalmente nos últimos quinze anos, como o volume da produção, o número de empregados, o capital gerado com as vendas internas e com as exportações e os investimentos em inovações tecnológicas. Estes números tendem a crescer na próxima década, pois todos os empresários pesquisados têm como planos futuros captar investimentos e aumentar o volume da produção e 74% deles consideram as perspectivas futuras para o setor como ótimas e 26% como boas.

Entretanto, a situação encontrada no APL de Santa Gertrudes está longe de um caminho para um desenvolvimento territorial mais justo e igualitário e que seja sustentado em longo prazo. Isso fica claro no uso que este território vem tendo nos últimos trinta anos, através da atuação das empresas ceramistas locais.

Num processo que se iniciou há mais de 80 anos e intensificou-se nas últimas duas décadas, a produção de pisos e revestimentos cerâmicos no APL de Santa Gertrudes tem transformado o território local, num processo que vem acompanhando a modernização da própria indústria brasileira. A degradação ambiental produzida pelas minas de argila, os problemas respiratórios causados pelos flocos de argila no ar e o aumento considerável da periferia são considerados o lado negativo de um território que é utilizado por modernas indústrias, que empregam as mais recentes tecnologias internacionais na produção dos pisos e revestimentos cerâmicos.

Dessa forma, o APL de Santa Gertrudes apresenta duas faces: na primeira, o território local tem sido reconstruído, com o apoio de investimentos e aquisições de novas tecnologias, como um único território aberto à ação hegemônica das empresas ceramistas locais. Noutra face, a acumulação exige a descoberta de nichos de inovação e sobrelucro, que transmitam permanente estímulo aos investimentos. Nesta segunda face, o território aparece segmentado, marcado por mínimas e significativas diferenças.

Este é um mapa feito de enclaves, da privatização de recursos naturais e por regionalizações que correspondem aos interesses das empresas ceramistas locais. Nesta segunda face, a alienação do território apresenta uma substância composta pela dependência técnico-científica. Entre essas duas faces, a sociedade local tem sido atualizada por processos geradores de fragmentação territorial, incoerência institucional e crescente exclusão social.

Estes problemas são mais evidentes nos municípios de Santa Gertrudes e Cordeirópolis, onde a indústria cerâmica ocupa papel de destaque na economia e na vida das populações locais. Em Limeira, Piracicaba e Rio Claro, onde as cerâmicas são em menor número e estão inseridas em economias indústrias maiores e mais diversificadas, estas

disparidades são menos evidentes. O que vemos atualmente em Santa Gertrudes e Cordeirópolis é uma profunda divisão do trabalho e uma utilização sem controle dos recursos naturais. Os recursos imateriais que tanto são valorizados pelas teorias do desenvolvimento territorial são completamente descartados no APL de Santa Gertrudes e a utilização equilibrada e planejada dos recursos materiais não existe.

Assim, a história e a identidade locais vêm sendo construídas, organizadas e reorganizadas pelas indústrias em seu próprio benefício, num processo de alienação do território local. As indústrias ceramistas produziram um território marcado por uma profunda divisão entre, de um lado, a grande utilização tecnológica e a geração de grandes capitais e, de outro, a degradação ambiental e a reprodução da pobreza.

As indústrias do APL de Santa Gertrudes, acompanhando o atual movimento econômico neoliberal, visam aumentar cada vez mais as exportações de seus produtos e buscar incessantemente os investimentos e inovações tecnológicas. Cooperação entre os empresários locais e integração com a comunidade ficam em segundo plano. Assiste-se, dessa maneira, a uma reorganização espacial no território do APL de pisos e revestimentos cerâmicos de Santa Gertrudes que está longe de representar os ideais do desenvolvimento territorial.

Referências bibliográficas

ASPACER. **Lista das Cerâmicas Associadas do Pólo Cerâmico de Santa Gertrudes – 2007**. Apresenta informações gerais sobre as cerâmicas e o Pólo de Santa Gertrudes. Disponível em: <www.aspacer.com.br>. Acesso em: 7 mai. 2007.

BOYER, R. As alternativas ao fordismo. In: BENKO, G; LIPIETZ, A. (Org.) **As Regiões ganhadoras**: distritos industriais e redes: os novos paradigmas da Geografia Econômica. Oeiras: Celta Editora, 1994. p. 121-144.

CASSIOLATO, J. E.; SZAPIRO, M. Uma caracterização de arranjos produtivos locais de micro e pequenas empresas. In: LASTRES, H. M. M.; CASSIOLATO, J. E.; MACIEL, M. L. (Org.) **Pequena empresa**: cooperação e desenvolvimento local. 1. ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003. p. 35-50.

CORÓ, G. Distritos e sistemas de pequena empresa na transição. In: URANI, A.; COCCO, G.; GALVÃO, A. P. (Org.) **Empresários e empregos nos novos territórios produtivos**: o caso da Terceira Itália. Rio de Janeiro: DP&A, 1999. p. 147-198.

GARCIA, L. B. R. **O passado e o presente**: Santa Gertrudes – seu povo e sua história. Rio Claro: [s.n.], 2003. 199 p.

HAESBAERT, R. “Gaúchos” e baianos no “novo” Nordeste: entre a globalização econômica e reinvenção das identidades territoriais. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Org.) **Brasil**: questões atuais da reorganização do território. 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. P. 367-415.

_____. Identidades territoriais: entre a multiterritorialidade e a reclusão territorial (ou: do hibridismo cultural à essencialização das identidades). In: ARAÚJO, Frederico Guilherme Bandeira de; _____. (Org.) **Identidades e territórios**: questões e olhares contemporâneos. Rio de Janeiro: Acces, 2007. P. 33-56.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna**. 13. ed. São Paulo: Loyola, 2004. 349 p.

_____. Neo-liberalism as creative destruction. **Geografiska Annaler**, Estocolmo, v. 88 B, n .2, p. 145–158, jun./ago. 2006.

LA ROVERE, R. Estratégias competitivas em sistemas de micro, pequenas e médias empresas: a importância da gestão da informação. . In: LASTRES, H. M. M.; CASSIOLATO, J. E.; MACIEL, M. L. (Org.) **Pequena empresa: cooperação e desenvolvimento local**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003. p. 295-310.

LASTRES, H. M. M.; CASSIOLATO, J. E. O foco em arranjos produtivos e inovativos locais de micro e pequenas empresas. In: LASTRES, H. M. M.; CASSIOLATO, J. E.; MACIEL, M. L. (Org.) **Pequena empresa: cooperação e desenvolvimento local**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003. p. 21-34.

_____. Desafios e oportunidades para o aprendizado em sistemas produtivos e inovativos locais na América Latina. In: DINIZ, C. C.; LEMOS, M. B. (Org.) **Território e Economia**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005. p. 321-338.

LLORENS, F. A. **Desenvolvimento Local: caminhos e desafios para a construção de uma nova agenda política**. Rio de Janeiro: BNDES, 2001. 232 p.

MACHADO, S. A. **Dinâmica dos arranjos produtivos locais: um estudo de caso em Santa Gertrudes, a nova capital da cerâmica brasileira**. 2003. 145 f. Tese de Doutorado (Doutorado em Engenharia da Produção) – Escola Politécnica, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

MACULAN, A. M. Ambiente empreendedor e aprendizado das pequenas empresas de base tecnológica. In: LASTRES, H. M. M.; CASSIOLATO, J. E.; MACIEL, M. L. (Org.) **Pequena empresa: cooperação e desenvolvimento local**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003. p. 311-326.

MARKUSEN, A. Mudança econômica regional segundo o enfoque centrado no ator. In: DINIZ, C. C.; LEMOS, M. B. (Org.) **Território e Economia**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005. p. 57-76.

MATESCO, V. R. et al. Mecanismos de apoio às micro e pequenas empresas brasileiras: o caso Patme no período 1992-98. **Revista Brasileira de Economia**, São Paulo, v. 30, n. 3, p. 493-525, set./dez. 2000.

MENDES, A. A. **Reestruturações locais como efeitos da globalização econômica: uma análise da estrutura mutante do Pólo Têxtil de Americana/SP**. 1997. 184 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 1997.

PARISSE, L. M. **Santa Gertrudes: história e geografia**. Instituto de Geociências e Ciências Exatas – Departamento de Geografia. Rio Claro: [s.n], 1993. 33 p.

PIRES, E. L. S.; MÜLLER, G.; VERDI, A. R. Instituições, territórios e desenvolvimento local: delineamento preliminar dos aspectos teóricos e morfológicos. **Geografia**, Rio Claro, v. 31, n. 3, p. 437-454, set./dez. 2006.

POWER, M. Working spaces of neoliberalism. **Antipode**, Oxford, v. 37, n. 3, p. 605-612, jun./ago. 2005.

RIBEIRO, A. C. T. Outros territórios, outros mapas. **OSAL**, Buenos Aires, v. 4, n. 16, p. 263-272, jan./abr. 2005.

SACHS, I. **Desenvolvimento**: includente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2004. 151 p.

SANTOS, M. **Técnica, Espaço, Tempo**. Globalização e Meio Técnico-Científico-Informacional. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1996. 190 p.

_____. **A Natureza do Espaço**. Técnica e Tempo. Razão e Emoção. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. O território e o saber local: algumas categorias de análise. **Cadernos do IPPUR**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 15-26, 1999.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007. 200 p.

VARGAS, M. A. **Proximidade territorial, aprendizado e inovação**: um estudo sobre a dimensão local dos processos de capacitação inovativa em arranjos e sistemas produtivos no Brasil. 2002. 255 f. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

VÁZQUEZ BARQUERO, A. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2001. 278 p.